

TIMOTHY SNYDER

Terra negra

O Holocausto como história e advertência

Tradução

Donaldson M. Garschagen

Renata Guerra

Copyright © 2015 by Timothy Snyder
Todos os direitos mundiais reservados ao proprietário.

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Título original

Black Earth: The Holocaust as History and Warning

Capa

Kiko Farkas e André Kavakama/ Máquina Estúdio

Foto de capa

Bruno Barbey/ Magnum Photos/ Latinstock

Mapas

Beehive Mapping

Preparação

Alexandre Boide

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Isabel Jorge Cury

Angela das Neves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Snyder, Timothy

Terra negra : o Holocausto como história e advertência / Timothy Snyder ; tradução Donaldson M. Garschagen, Renata Guerra. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2016.

Título original : Black Earth : The Holocaust as History and Warning

ISBN 978-85-359-2697-2

1. Alemanha – Política e governo – 1933-1945 2. Guerra Mundial, 1939-1945 3. Holocausto judeu (1939-1945)
I. Título.

16-00843

CDD-940.5318

Índice para catálogo sistemático:

1. Holocausto judeu : Guerra Mundial, 1939-1945 : História
940.5318

[2016]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

Sumário

<i>Prólogo</i>	11
Introdução — O mundo de Hitler	15
1. Espaço vital.....	27
2. Berlim, Varsóvia, Moscou	46
3. A promessa da Palestina	77
4. Os destruidores de Estado	98
5. Dupla ocupação	140
6. O mal maior	168
7. Alemães, poloneses, soviéticos, judeus	203
8. O paradoxo de Auschwitz	234
9. Soberania e sobrevivência	254
10. Os salvadores anônimos	279
11. Guerrilheiros de Deus e do homem	302
12. Os poucos justos	329
Conclusão — Nosso mundo	351
<i>Agradecimentos</i>	377
<i>Notas</i>	383

<i>Nota sobre nomenclaturas</i>	421
<i>Arquivos e siglas</i>	423
<i>Fontes publicadas</i>	425
<i>Índice remissivo</i>	463

1. Espaço vital

Apesar do princípio de Hitler segundo o qual os seres humanos não passavam de simples animais, suas intuições inegavelmente humanas lhe permitiam transformar sua teoria zoológica numa espécie de política. A luta racial pela sobrevivência era também uma campanha alemã pela dignidade, ele afirmava, e as limitações não eram só biológicas, mas também britânicas. Hitler sabia que os alemães, na vida cotidiana, não eram feras escavando o solo em busca de alimento. Ao desenvolver seu pensamento em seu *Zweites Buch* [Segundo livro], escrito em 1928, deixou claro que assegurar uma reserva regular de alimentos não era apenas uma questão de sustento físico, mas uma exigência para a sensação de controle. O problema provocado pelo bloqueio naval britânico na Primeira Guerra Mundial não tinha se restringido às doenças e mortes que causou, principalmente no fim do conflito, nos meses que se passaram entre o armistício e o acordo final. O bloqueio forçara alemães de classe média a desprezar a lei para conseguir os alimentos de que necessitavam ou achavam que necessitavam, causando insegurança no âmbito pessoal e desconfiança em relação às autoridades.¹

A economia política mundial das décadas de 1920 e 1930 foi estruturada, na concepção de Hitler, pelo poderio naval dos britânicos. A defesa do livre-

-comércio, acreditava ele, era o disfarce ideológico do domínio da Grã-Bretanha sobre o mundo. Era conveniente para eles apostar na ficção de que o livre-comércio garantiria a todos o acesso aos alimentos, porque essa crença desestimularia eventuais concorrentes da Marinha britânica. Na verdade, só os britânicos podiam defender suas linhas de abastecimento no caso de uma crise, impedindo, da mesma forma, que os alimentos chegassem a outros. Por isso, bloquearam seus inimigos durante a guerra — uma violação óbvia de sua própria ideologia de livre-comércio. A capacidade de prover alimentos e de negá-los, enfatizava Hitler, era uma forma de poder. Hitler chamava essa falta de segurança alimentar para todos menos os britânicos de “guerra econômica pacífica”.²

Hitler sabia que a Alemanha não se alimentava de seus próprios recursos territoriais nas décadas de 1920 e 1930, mas também tinha consciência de que os alemães não teriam morrido de fome se houvessem tentado fazer isso. A Alemanha poderia ter produzido as calorias necessárias para alimentar sua população em seu próprio solo, mas apenas com o sacrifício de parte de sua indústria, de suas exportações e de suas reservas em moeda estrangeira. Uma Alemanha próspera dependeria do comércio com o mundo britânico; esse modelo de comércio, porém, podia ser complementado, na visão de Hitler, pela conquista de um império territorial que equilibrasse a balança entre Londres e Berlim. Conquistando um vasto império territorial, a Alemanha preservaria sua excelência industrial e, ao mesmo tempo, desviaria sua dependência de alimentos das rotas marítimas controladas pelos britânicos para seu próprio território. Se a Alemanha controlasse uma vasta área, os alemães teriam alimentos do tipo que quisessem em grandes quantidades, sem ônus para a indústria nacional. Um grande império germânico poderia tornar-se autossuficiente, uma “economia autárquica”. Hitler romantizava o camponês alemão, não como um pacífico agricultor, mas como heroico domesticador de terras distantes.³

Os britânicos mereciam respeito como parentes raciais e construtores de um grande império. A ideia era se infiltrar em sua rede de poder sem forçá-los a reagir. Tomar terras de outros não ameaçaria o grande império marítimo, ou assim imaginava Hitler. No longo prazo, ele esperava fazer a paz com a Grã-Bretanha “na base da divisão do mundo”. Esperava que a Alemanha se tornasse uma potência mundial evitando um “armagedom com a Inglaterra”. Para ele, esse era um pensamento tranquilizador.⁴

Também tranquilizadora era a suposição de que tal alteração na ordem mundial, tal reglobalização, tinha sido conseguida anteriormente, e não muito tempo antes. Para gerações de alemães imperialistas e para o próprio Hitler, o império territorial exemplar eram os Estados Unidos da América.⁵

Os Estados Unidos ensinaram a Hitler que a necessidade se confunde com o desejo, e que o desejo nasce da comparação. Os alemães não eram só animais em busca de comida, nem apenas membros de uma sociedade sequiosa de segurança numa imprevisível economia global britânica. As famílias olhavam outras famílias não somente em seu próprio quarteirão, mas no mundo todo, graças às modernas comunicações. As ideias de como a vida devia ser transcendiam medidas como sobrevivência, segurança e até mesmo conforto, tendo em vista que os padrões de vida se tornavam comparativos, e as comparações se internacionalizavam. “Por meio da tecnologia moderna e das comunicações que proporciona”, escreveu Hitler, “as relações internacionais entre os povos tornaram-se tão comuns e próximas que os europeus — muitas vezes sem se dar conta — tomam as circunstâncias da vida americana como parâmetro para sua própria vida.”⁶

A globalização levou Hitler ao sonho americano. Por trás de cada guerreiro racial alemão imaginário, havia uma alemã imaginária que queria ainda mais. Há uma expressão americana que deixa claro o caráter relativo do padrão de vida, baseado no sucesso visto nos outros: “*Keep up with the Joneses*”, ou “manter o nível dos Jones”. Em seus momentos de maior espalhafato, Hitler instou os alemães a serem mais como formigas e coelhos, pensando apenas na sobrevivência e na reprodução. No entanto, seu próprio temor mal disfarçado era bem humano, talvez especificamente masculino: o medo da dona de casa alemã. Era ela quem elevava o nível de exigência da luta natural. Antes da Primeira Guerra Mundial, quando Hitler era jovem, a retórica colonialista alemã jogava com o duplo significado da palavra “*Wirtschaft*”: domicílio e economia. As alemãs foram ensinadas a pôr no mesmo patamar o conforto e o império. E, como o conforto era sempre relativo, essa luta poderia não acabar nunca. Se o ponto de referência da dona de casa alemã fosse Mrs. Jones e não Frau Jonas, os alemães precisariam de um império comparável ao americano. Os homens teriam de lutar e morrer em alguma fronteira longínqua, redimindo sua raça

e o planeta; as mulheres os apoiariam personificando a lógica implacável do desejo sem fim de lares mais prósperos.⁷

A presença inevitável dos Estados Unidos na mente germânica foi a razão definitiva pela qual, para Hitler, a ciência não resolveria o problema do sustento. Mesmo que as inovações melhorassem a produtividade agrícola, a Alemanha não poderia se manter no ritmo dos americanos valendo-se apenas delas. O progresso tecnológico certamente se daria nos dois lados; a variável era a quantidade de terra agricultável. Portanto, a Alemanha precisaria de tanta terra e de tanta tecnologia quanto os americanos. Hitler proclamava que a luta permanente pela terra era um desejo natural, mas sabia que o desejo humano de aumentar o conforto relativo também era capaz de gerar um moto-perpétuo.⁸

Se a prosperidade alemã fosse sempre relativa, uma vitória final não poderia nunca ser alcançada. “As perspectivas do povo alemão são sombrias”, escreveu um Hitler aflito. A queixa foi seguida de esclarecimento: “Nem o atual espaço vital nem o que se conseguiu com o restabelecimento das fronteiras de 1914 nos permitem levar uma vida comparável à do povo americano”. No mínimo, a luta continuaria enquanto os Estados Unidos existissem, e levaria muito tempo. Hitler via os Estados Unidos como a potência mundial emergente, e a essência da população americana (“o alemão racialmente puro e incorrupto”) como um “povo de classe internacional” que era “mais jovem e saudável que os alemães” que permaneceram na Europa.⁹

Enquanto escrevia *Minha luta*, Hitler conheceu a palavra “Lebensraum” (espaço vital) e transformou-a para seus próprios fins. Em seus textos e discursos, o termo passou a expressar um conjunto completo de significados que ele atribuía à luta natural, desde a disputa racial incessante pela sobrevivência física à guerra sem fim pela ideia subjetiva de ter o mais alto padrão de vida no mundo. O termo “Lebensraum” entrou para a língua alemã como equivalente da palavra francesa “biotope”, ou “habitat”. Num contexto mais social que biológico, ela pode significar algo além: conforto doméstico, algo próximo a “sala de estar”. A convergência desses dois significados numa única palavra ampliou a ideia circular de Hitler: a natureza não era nada além de sociedade, a sociedade não era nada além de natureza. Portanto, não havia diferença entre

a luta dos animais pela existência física e a preferência das famílias por uma vida melhor. Tudo era sempre *Lebensraum*.¹⁰

O século xx traria uma guerra sem fim pelo conforto relativo. Robert Ley, um dos primeiros companheiros nazistas de Hitler, definiu *Lebensraum* como “mais cultura, mais beleza — coisas que a raça deve ter, ou perecerá”. Joseph Goebbels, propagandista de Hitler, definiu o propósito da guerra de extermínio como “um bom desjejum, um bom almoço e um bom jantar”. Dezenas de milhões de pessoas passariam fome, mas não para que os alemães pudessem sobreviver no sentido físico da palavra. Dezenas de milhões de pessoas passariam fome para que os alemães pudessem lutar por um padrão de vida sem igual.¹¹

“Uma coisa que os americanos têm e nós não”, queixava-se Hitler, “é a noção de grandes espaços abertos.” Ele repetia assim o que os colonialistas alemães vinham dizendo ao longo de décadas. Na época da unificação alemã, em 1871, o mundo já estava colonizado por outras potências europeias. A derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial custou-lhe a perda das escassas possessões ultramarinas que conquistara. Sendo assim, no século xx, onde estavam as terras abertas à conquista germânica? Onde estava a fronteira inabitada da Alemanha, seu Destino Manifesto?¹²

Tudo o que restava era o continente pátrio. “Para a Alemanha”, escreveu Hitler, “a única possibilidade de uma política agrária saudável seria a aquisição de terras dentro da própria Europa.” Na verdade, não havia nenhum lugar próximo à Alemanha que estivesse desabitado ou escassamente povoado. A questão crucial era imaginar que os “espaços” europeus estivessem “abertos” de fato. E a ideia que transformava terras habitadas em colônias em potencial era o racismo, e a fonte de mitologias para os racistas nasceu da recente colonização da América do Norte e da África. A conquista desses continentes plas-mou a imaginação literária dos europeus da geração de Hitler. Como milhões de crianças nascidas nas décadas de 1880 e 1890, Hitler brincava de guerra africana e lia romances de Karl May sobre o Velho Oeste. Segundo Hitler, May tinha aberto seus “olhos para o mundo”.¹³

No fim do século xix, os alemães tendiam a ver o destino dos índios americanos como um precedente natural do destino dos nativos africanos sob seu

controle. Uma de suas colônias era a África Oriental Alemã — hoje Ruanda, Burundi, Tanzânia e parte de Moçambique —, que passou para o controle de Berlim em 1891. Em 1905, durante a Revolta de Maji-Maji, os alemães aplicaram táticas de fome, matando pelo menos 75 mil pessoas. Uma segunda colônia foi o Sudoeste Africano Alemão, atual Namíbia, onde cerca de 3 mil colonos alemães controlavam 70% das terras. Numa rebelião em 1904, os alemães impediram as populações nativas das etnias hereró e nama de ter acesso à água, até que se tornassem “vítimas da natureza de seu próprio país”, como reza a história militar oficial. Os sobreviventes foram aprisionados num campo situado numa ilha. Os hererós, de uma população de 80 mil pessoas, foram reduzidos a 15 mil; os namas passaram de 20 mil para 10 mil. Para o general alemão que implantou essas medidas, a justiça histórica era evidente por si só. “Os nativos devem abrir passagem”, dizia ele; “vejam a América.” O governador alemão da região comparava o Sudoeste Africano a Nevada, Wyoming e Colorado. O líder civil do departamento colonial alemão via as coisas mais ou menos do mesmo modo: “A história da colonização dos Estados Unidos, claramente o maior empreendimento colonial que o mundo já conheceu, teve como primeiro ato o aniquilamento completo dos povos nativos”. Ele pregava a necessidade de uma “operação de aniquilamento”. O geólogo do governo alemão pedia uma “Solução Final para a questão dos nativos”.¹⁴

Um famoso romance alemão sobre a guerra associou, como Hitler teria feito, a ideia de luta racial à de justiça divina. A morte dos “pretos” era “a justiça do Senhor” porque o mundo pertencia aos “mais vigorosos”. Como a maior parte dos europeus, Hitler era racista em relação aos africanos. Dizia que os franceses estavam “enegrecendo” seu sangue com os casamentos inter-raciais. Participou da comoção generalizada dos europeus pelo uso de soldados africanos pelos franceses na ocupação do distrito alemão da Renânia depois da Primeira Guerra Mundial. No entanto, o racismo de Hitler não era o de um europeu que desprezava os africanos. Ele via o mundo todo como uma “África” e todos, inclusive os europeus, em termos raciais. Nisso, como ocorre com frequência, ele era mais coerente que outros. O racismo, afinal, era uma tentativa de julgar quem seria plenamente humano. Dessa forma, as ideias sobre superioridade e inferioridade derivadas da raça podiam ser aplicadas à vontade e segundo as conveniências. Mesmo sociedades vizinhas, que não pareciam muito diferentes da alemã, eram definidas como racialmente diversas.¹⁵

Quando Hitler escreve em *Minha luta* que a única oportunidade de colonização para a Alemanha era a Europa, descarta como pouco prática a possibilidade de retorno à África. A busca por raças inferiores para dominar não exigia longas viagens marítimas, já que elas estavam presentes também no Leste Europeu. No século XIX, afinal, a principal arena do colonialismo alemão não foi a misteriosa África, mas a vizinha Polônia. A Prússia tinha ficado com territórios habitados por poloneses na partilha da Comunidade Polono-Lituana, no fim do século XVIII. Assim, terras polonesas passaram a fazer parte da Alemanha unificada que a Prússia criou em 1871. Os poloneses constituíam cerca de 7% da população da Alemanha e eram majoritários nas regiões do leste. Foram submetidos primeiro à *Kulturkampf* de Bismarck, uma campanha contra a Igreja católica cujo objetivo principal era pôr fim à identidade polonesa, e depois a campanhas de colonização interna subsidiadas pelo Estado. Certa literatura colonial alemã, que incluía best-sellers, descrevia os poloneses como “pretos”. Os camponeses poloneses tinham a pele do rosto escura e se referiam aos alemães como “brancos”. Os aristocratas poloneses tinham cabelos e olhos pretos, assim como as belas polonesas, mulheres fatais que, nessas histórias, quase sempre arrastavam alemães ingênuos para a degradação racial e a danação.¹⁶

Durante a Primeira Guerra Mundial, a Alemanha perdeu o Sudoeste Africano. Na Europa Oriental, a situação era diferente. Era como se, entre 1916 e 1918, os alemães estivessem juntando um vasto reino para seu domínio e exploração econômica. Primeiro anexou seus territórios poloneses do pré-guerra aos que tinha tomado do Império Russo, formando um reino polonês subordinado, que deveria ser governado por um monarca aliado. No pós-guerra, o plano era confiscar todas as terras próximas da fronteira polonesa e deportar seus antigos proprietários. No começo de 1918, depois que a Revolução Bolchevique tirou a Rússia da guerra, a Alemanha estabeleceu uma cadeia de Estados vassalos a leste da Polônia, do Báltico ao mar Negro, o maior dos quais era a Ucrânia. A Alemanha perdeu a guerra na França em 1918, mas nunca foi derrotada definitivamente nos campos de batalha da Europa Oriental. Assim, os alemães poderiam pensar que esse novo reino do Leste Europeu foi abandonado sem nunca ter sido perdido de fato.¹⁷

A perda total das colônias africanas durante a guerra e depois dela criou a possibilidade de uma nostalgia vaga e flexível da supremacia racial. Romances

populares sobre a África — com títulos como “Senhor, volte!” — só faziam sentido depois de um completo rompimento. Os alemães continuariam se vendo como bons colonizadores, ainda que os domínios da colonização tenham se tornado fluidos e vagos, projetados no futuro. O romance *Volk ohne Raum* [Um povo sem espaço], de Hans Grimm, que vendeu meio milhão de exemplares na Alemanha antes da Segunda Guerra Mundial, trata do dilema de uma Alemanha que abandonara a África em troca da frustração de seu confinamento numa Alemanha pequena e num sistema europeu injusto.¹⁸

O problema sugeria sua própria solução. Uma vez que o racismo era uma hierarquia declarada de direitos sobre o planeta, poderia ser aplicado a europeus que vivessem a leste da Alemanha. A África como lugar fora perdida, mas a “África” como modo de pensar poderia ser universalizada. A experiência na Europa Oriental estabelecia que os vizinhos também podiam ser “pretos”. Era possível imaginar que os europeus quisessem “senhores” e cedessem “espaço”. Depois da guerra, seria mais prático considerar um retorno à Europa Oriental do que à África. Nesse caso, como em muitos outros, Hitler recorreu a sentimentos vagos para chegar a conclusões implacáveis. Apresentou como inferiores raciais os integrantes do maior grupo cultural da Europa, seus vizinhos do leste, os eslavos.